



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR DO
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

Recurso Eleitoral n. 0600567-86.2020.6.21.0066

Procedência: CANOAS - RS (066ª ZONA ELEITORAL DE CANOAS RS)

Assunto: CARGO VEREADORA – ELEIÇÃO PROPORCIONAL – PROPAGANDA
POLÍTICA - PROPAGANDA ELEITORAL – INTERNET

Recorrente: MARIA INES SEPANHACK URBANO

Recorrido: PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PDT DE CANOAS E
COLIGAÇÃO “PRA CANOAS SEGUIR EM FRENTE”

Relator: DES. GERSON FISCHMANN

PARECER

RECURSO ELEITORAL. REPRESENTAÇÃO.
PROPAGANDA ELEITORAL. INTERNET,
FACEBOOK. PUBLICAÇÕES
IMPULSIONADAS. AUSÊNCIA DE
IDENTIFICAÇÃO POR MEIO DO CNPJ OU CPF.
VIOLAÇÃO AO ART. 29, § 5º, DA RESOLUÇÃO
TSE Nº 23.610/2019, C/C ART. 57-C, CAPUT, DA
LEI 9.504/97. ALEGADA AUSÊNCIA DE DOLO
PARA A REALIZAÇÃO DE TAIS
PUBLICAÇÕES. CIRCUNSTÂNCIA QUE NÃO
AFASTA A PENALIDADE DO § 2º DO
DISPOSITIVO LEGAL, VEZ QUE SE AFIGURA
INEQUÍVOCO O CONHECIMENTO DAS
PUBLICAÇÕES EFETIVADAS NO PERFIL DE
TITULARIDADE DA PRÓPRIA CANDIDATA.
SANÇÃO APLICADA NO MÍNIMO LEGAL.
PARECER PELO CONHECIMENTO E
DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto por MARIA INES SEPANHACK URBANO
contra sentença (ID 44033383) que julgou procedente representação eleitoral por



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

propaganda irregular na *internet* proposta pelo PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO DE CANOAS E A COLIGAÇÃO “PRA CANOAS SEGUIR EM FRENTE”, ao fundamento de que verificada a violação ao art. 57-C da Lei 9.504/97, vez que os conteúdos impulsionados não informaram o número de inscrição no CNPJ ou CPF, sendo, assim, aplicada pena de multa à representada no valor de R\$ 5.000,00.

Inconformada com a sentença, a representada interpôs recurso. Em suas razões recursais (ID 44033583), alega que não cometeu infração eleitoral, tampouco agiu com dolo. Referiu que não tinha prévio conhecimento sobre a ilegalidade da publicação, salientou que após ser notificada da presente ação, efetuou a retirada da propaganda. Asseverou, ainda, que “[...] *veiculou propaganda em sua página da rede social Facebook, cujo endereço havia sido comunicado previamente à Justiça Eleitoral, consoante certidão do Cartório Eleitoral, todavia, conforme acima já mencionado, logo, que tomou conhecimento da vedação, retirou o anúncio de suas redes [...]*”. Postula, assim, a reforma da sentença, para que seja julgada improcedente a representação.

Intimada a parte autora, não ofereceu contrarrazões.

Os autos foram remetidos a esse TRE-RS e, em seguida, vieram com vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral, para análise e parecer.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Pressupostos de admissibilidade recursal

No caso, restam presentes todos os requisitos concernentes à admissibilidade recursal, quais sejam: tempestividade, cabimento, interesse e legitimidade para recorrer, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer, e regularidade formal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Especificamente em relação à tempestividade, o prazo para interposição de recurso contra sentença proferida em representação sobre propaganda eleitoral irregular, como é o caso dos autos, é de 24 horas, nos termos do art. 96, § 8º, da Lei 9.504/97.

Por sua vez, no processo eletrônico, o prazo de 10 (dez) dias para consumação da intimação tem início no dia seguinte à disponibilização do ato de comunicação no sistema (art. 55, inc. I, da Resolução TRE-RS n.º 338/2019, que regulamenta a utilização do PJE na JE do RS), sendo que a intimação se perfectibiliza no décimo dia, quando há expediente judiciário, ou no primeiro dia útil seguinte (art. 55, inc. II, da Resolução TRE-RS n.º 338/2019), ou ainda caso efetivada a ciência pela parte antes desse prazo (art. 56 da Resolução TRE-RS n.º 338/2019).

No caso, a intimação da sentença foi disponibilizada no PJ-e no dia 17.06.2021, quinta-feira (ID 44033483), sendo que os 10 dias, contados a partir de 18.06.2021, findaram em 27.06.2021, domingo. Perfectibilizada a intimação no primeiro dia útil seguinte, 28.06.2021, segunda-feira, tendo o recurso sido interposto no dia 25.06.2021 (ID 44033583), ou seja, antes de transcorrido o prazo de 10 dias. Observado, portanto, o prazo legal.

Assim, o recurso **deve ser conhecido**.

II.II – Mérito recursal

O art. 57-C, *caput*, e § 2º, da Lei nº 9.504/97, permite a propaganda paga na internet por meio de impulsionamento de conteúdo, mas desde que identificado de forma inequívoca, determinando, em caso de violação, a aplicação de multa aos responsáveis pela divulgação da propaganda, *in verbis*:

Art. 57-C. É vedada a veiculação de qualquer tipo de propaganda eleitoral paga na internet, excetuado o impulsionamento de conteúdos, **desde que**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

identificado de forma inequívoca como tal e contratado exclusivamente por partidos, coligações e candidatos e seus representantes.

(...)

§ 2º A violação do disposto neste artigo sujeita o responsável pela divulgação da propaganda ou pelo impulsionamento de conteúdos e, quando comprovado seu prévio conhecimento, o beneficiário, à multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) ou em valor equivalente ao dobro da quantia despendida, se esse cálculo superar o limite máximo da multa.

A seu turno, o art. 29 da Resolução TSE nº 23.610/2019 repete, no seu *caput*, o dispositivo acima citado, vindo a regulamentar, em seu § 5º, a identificação inequívoca a que se refere a norma legal, *in verbis*:

Art. 29 (...)

§ 5º Todo impulsionamento deverá conter, de forma clara e legível, o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do responsável, além da expressão "Propaganda Eleitoral".

A ausência do número de inscrição no CNPJ ou CPF, na propaganda impulsionada pela representada é fato incontroverso, pois não foi impugnada a alegação de irregularidade do impulsionamento. Ademais, a demandada se restringiu a alegar que solicitou a exclusão da publicação e que não tinha prévio conhecimento da ilegalidade da publicação.

Ocorre que o art. 57-C da Lei das Eleições não impõe, como requisito para aplicação da multa, prévia intimação do candidato para retirada da propaganda, quando resta evidente que este é o responsável pelo impulsionamento, como é o caso dos autos.

Ademais, a exclusão da publicação após a citação para o processo não afasta a multa, mas é circunstância a ser sopesada quando da sua dosimetria, o que foi feito pelo juiz *a quo*, pois aplicou a multa no mínimo legal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL**

Destarte, sendo incontroverso que não constava da propaganda impulsionada pela representada as informações exigidas no art. 29 da Resolução TSE nº 23.610/2019, deve a mesma suportar a penalidade prevista no § 2º do art. 57-C da Lei nº 9.504/97, vez que não houve a identificação da propaganda eleitoral impulsionada de forma *inequívoca*.

Assim, a manutenção da sentença que impôs à representada pena de multa no seu valor mínimo é medida que se impõe.

III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina o Ministério Público Eleitoral pelo **conhecimento e desproimento do recurso**.

Porto Alegre, 10 de novembro de 2021.

José Osmar Pumes
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Fábio Nesi Venzon
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL AUXILIAR

Assinado digitalmente em 12/11/2021 18:05. Para verificar a autenticidade acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave D387CA87.EF4EB974.EFCC9AD9.60ECADF6



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRR4^a-00020658/2021 PARECER**

Signatário(a): **FABIO NESI VENZON**

Data e Hora: **12/11/2021 18:05:47**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **JOSE OSMAR PUMES**

Data e Hora: **12/11/2021 18:05:22**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave d387ca87.ef4eb974.efcc9ad9.60ecadf6